



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES IV CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

Instruções:

- Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 20 (vinte) questões objetivas e 01 (uma) questão discursiva. Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.
- É obrigatório o uso de máscara facial durante todo o período da prova; - Todos os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e guardados juntamente com o candidato.
- Esta prova tem duração de 3 horas, que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, discursiva e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas;
- É absolutamente vedada a consulta a doutrina, legislação ou jurisprudência; - Os candidatos deverão preencher a folha de resposta com nome, R.G. e assinatura;
- As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas à caneta na folha de respostas. Não serão permitidas rasuras;
- Os candidatos poderão levar as folhas de prova ao final;
- A folha de respostas e prova dissertativa deverão ser entregues ao final, para correção;
- Qualquer conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato;
- A prova e o gabarito oficial serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no dia 02 de setembro de 2021, assim como o espelho de correção da dissertação;
- O resultado final e a classificação serão publicados, também no site da Prefeitura, na data provável de 09 de setembro de 2021.

BOA SORTE!



Questões de Direito Civil:

1) Sobre a interrupção prescrição assinale a alternativa incorreta.

a) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

b) A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

c) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

d) A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

2) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á, EXCETO:

a) Por despacho do juiz, competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual; por protesto.

b) Por protesto cambial; pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.

c) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

d) Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

3) Sobre a Responsabilidade Civil e Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

a) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

b) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

c) A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

4) Sobre a lei de introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo permitido que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas

b) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

c) Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, não poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

d) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Direito Processual Civil:

5) Referente ao processo no Mandado de Segurança, assinale a alternativa incorreta.

a) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

b) Estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.



c) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

d) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

6) Sobre a execução contra a fazenda publica assinale a alternativa correta.

a) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias.

b) Opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal.

c) Nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

d) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 10 (dez) dias.

7) Sobre o tema prazos processuais assinale a alternativa incorreta.

a) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

b) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.

c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

d) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

8) Sobre o tema apelação assinale a alternativa correta.

a) Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, que tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.

b) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

c) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, se possível, julgará o mérito, determinando o retorno do processo ao juízo de primeiro grau antes de decidir para garantir o contraditório e a ampla defesa.

d) O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável por agravo de instrumento.

Direito Administrativo

9) Das disposições constitucionais sobre a administração pública assinale a alternativa correta.

a) Somente por lei geral poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

b) As funções de comissão, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em confiança, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

c) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

10) Sobre os cargos públicos e sua cumulação, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI do art. 37 da CF, assinale a alternativa incorreta.



- a) A de dois cargos de professor.
- b) A de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c) A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) A proibição de acumular não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

11) Sobre as súmulas vinculantes do STF, assinale a alternativa incorreta.

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.
- b) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- d) É constitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

12) No que se refere aos bens públicos, assinale a alternativa correta. Arts. 100-103 do CC.

- a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- b) Os bens públicos de uso especial podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- c) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- d) O uso comum dos bens públicos somente pode ser gratuito, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Questões Objetivas - Direito Tributário

13) De acordo com a Lei 6830/80 que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, a penhora ou arresto de bens obedecerá a ordem estabelecida nos incisos do artigo 11, constando em primeiro lugar:

- a) Imóveis.
- b) Título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa.
- c) Dinheiro.
- d) Veículos.

14) De acordo com o Código Tributário Nacional, as espécies de tributos são:

- a) Impostos, taxas e multa.
- b) Impostos, taxas e contribuição de melhoria.
- c) Impostos, tarifa pública e contribuição de melhoria.
- d) Impostos, multa e contribuição de melhoria.

15) Suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- a) O parcelamento.
- b) O depósito do seu montante mesmo que não integral.
- c) A cassação de medida liminar em mandado de segurança.
- d) Nenhuma das hipóteses anteriores.

16) Segundo a Lei 6830/80 (Lei que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública), o executado oferecerá Embargos, no prazo de 30 (trinta) dias contados :

- a) Da Juntada da prova da fiança aos autos.
- b) Da intimação do depósito.
- c) Do depósito.
- d) Da penhora.

Questões Objetivas - Direito Constitucional

17) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito e tem como fundamentos:

- a) A soberania; a cidadania; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os



valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
o pluralismo político;

b) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político;

c) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a defesa da paz;

d) A solução pacífica dos conflitos; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político;

18) De acordo com o artigo 5º, II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa:

a) Senão em virtude de Lei;

b) Exceto em virtude de lei;

c) Salvo em virtude de lei;

d) Senão em virtude de Decreto lei;

19) De acordo com o artigo 5º, XXIV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

a) A lei não estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

b) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e posterior indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

c) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

d) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse particular, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

20) De acordo com o artigo 37, II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em qualquer ato normativo, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, inclusive as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

c) A investidura em cargo ou emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.



Nome: _____ RG: _____

Somente serão aceitas respostas nos espaços delimitados.

Questão Dissertativa: Direito Tributário

1) Situação hipotética: Em 21/02/2020 o Município ajuizou uma Execução Fiscal em face da Empresa "X" pelo não pagamento do tributo ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sendo que as constituições definitivas dos exercícios cobrados ocorreram respectivamente em 2017, 2018 e 2019. A Empresa executada manifestou-se nos autos alegando a desobrigação pelo pagamento dos débitos em razão da prescrição destes créditos cobrados pela Fazenda Municipal. Com base nessas informações, responda:

- a) Os créditos acima mencionados cobrados pelo Município encontram-se prescritos? (dois e meio pontos)
b) O que significa prescrição do crédito tributário? (dois e meio pontos)
Fundamente a sua resposta.

2) Sobre o tema responsabilidade civil do Estado responda:

- a) Quais são os elementos necessários para caracterização da responsabilidade civil do Estado? (dois pontos)
b) Qual é a teoria adotada para caracterização da responsabilidade civil do Estado? (um ponto)
c) É possível promover ação de reparação de danos diretamente em face do agente público? Fundamente sua resposta. (dois pontos)

Gabarito Prova Teste.

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D

10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D

19	A	B	C	D
20	A	B	C	D